RELAÇÕES INTERÉTNICAS:
INTERAÇÃO E TENSÕES ENTRE IDENTIDADE E ALTERIDADE CULTURAL

Sirlei Rossoni[1]

RESUMO

O artigo "Relações Interétnicas" através de uma breve revisão teórica, apresenta aspectos que contribuem para esclarecer a forma como as diferentes etnias encontram-se aglutinadas neste recorte temático dado a importância que vem sendo conferida aos estudos de natureza cultural, em tempos históricos nas quais grandes conflitos internacionais se desenham motivados exatamente pelas tensões entre identidade e diferenças culturais que determinam uma ruptura bastante significativa entre povos ocidentais e orientais no universo contemporâneo. Assim, ainda que este estudo não se proponha a discutir esta questão exatamente, ele focaliza as aproximações e a alteridade entre a formação cultural dos povos, o que constitui uma discussão bastante atual, já que, neste início de milênio, o ser humano revela uma aparente ansiedade na definição de sua identidade e da identidade do grupo a qual pertence, buscando reaver e/ ou ratificar suas raízes histórico - culturais.

Palavras-chave: identidade, alteridade, diversidade interétnicas, multiculturais e interculturais.

ABSTRACT

The editorial "Interethnic Relations" trrough a brief theoric revision, shows aspects that contribunte to clear up the form like the diferents athnies meet them selves aggentinated in this themet on by given confering to studies of cultural nature, in histocic times en that great international conflicts are drawing motivateal exacty by tensions between identidy and cultural differences that delimiting a rupture qute significant among ocidental people and oriental in the contemporary universe. So, even though this question exactly, it focus the approximations and the population, what consitute a discussion quite actual, though, in this beginning millennium, the

[1] Sirlei Rossoni
Mestre em História Regional
Professora do Curso de História e Geografia da URI-Campus de Frederico Westphalen e da E.E. de Educação Básica Sepé Tiaraju.

human being reveals na anxiety apparent on the definition of its identity and the group identity to which ones belong, searching to get back and/ or to ratify its basis cultural-historics.

A partir da curiosidade e discusões relativas a pluralidade étnica, buscou-se uma revisão teórica que abordou os aspectos que registram a trajetória histórica dos diferentes grupos culturais.

Esta abordagem tende a esclarecer e aproximar o ser humano de sua identidade enquanto individuo e grupo.

O homem contemporâneo toma parte de uma realidade social múltipla, e as ciências que lidam, de alguma forma, com as questões culturais, nesse contexto, vêem-se diante de verdades questionadas, de paradigmas indefinidos, de contornos e comportamentos sociais imprecisos. É certo que o universo humano sempre revelou em plenitude sua pluralidade, no entanto, hoje, questões historicamente minimizadas começam a ganhar um desenho mais tolerante na circunspecção científica. O multiculturalismo está entre elas, com todas as tensões entre identidade e alteridade culturais, presentes no processo de amalgamação que, historicamente, constrói a cultura brasileira.

No estudo do multiculturalismo,

> afirma-se o reconhecimento do valor inerente a cada cultura [...], aquilo que é exclusivamente humano, como criação, e próprio de certo grupo. Nesse sentido, cada cultura tem sua história, condicionantes, características, não cabendo qualquer classificação que sobreleve uma em detrimento da outra. A variabilidade [...] presente em cada cultura [...] torna possível compreender variáveis formas de organização humana, convivendo dentro de visões de mundo semelhantes (PCN, 1997, pp. 42 e 43).

O multiculturalismo deriva do imbricamento dessa diversidade cultural, do qual emerge um novo perfil de sociedade, para cuja construção as tensões e as similitudes são constantemente negociadas. Segundo Berman (1998), o homem parece ser um paradoxo de liberação e opressão. Ser paradoxal ou contraditório faz parte da cultura humana, uma vez que o cidadão convive diariamente com a emergência de uma diversidade cultural que lhe desnuda a complexidade do mundo social. Todo esse processo de constante transformação altera o posicionamento do homem na sociedade e molda a sua maneira de entender o mundo coletivo. Sendo assim, podem-se admitir, em uma mesma sociedade, diferentes formas de agir e pensar, ocupando o mesmo espaço e o mesmo tempo. Isso eqüivale a dizer que a vida humana convive com o multiculturalismo. Estudar a

diversidade cultural, assim, supõe considerar as constantes transformações que marcam a vida do homem em sociedade.

Num contexto plural, torna-se, pois, necessário entender o homem em suas múltiplas dimensões, para compreender a realidade, sua dinâmica e seus contrapontos, as práticas socioculturais e suas representações, considerando a experiência social e cultural do homem como o campo em que se desenvolvem sua vida e as estruturas de sua sociedade. O homem é considerado como um produtor cultural, ser pensante, inserido em uma realidade multifacelada e cada vez mais complexa, sendo essa realidade mediada pela cultura, a qual lhe dá sentido. Na verdade, ele é um ser social sujeito a influências capazes de transmudá-lo, ou seja, aberto a concepções que o podem atingir mais ou menos profundamente e que se revelam na vida coletiva, sobremodo no diálogo entre as diferentes culturas que compõem uma população específica.

A cultura, desse modo, não pode ser pensada apenas como uma instância complexa, um arranjo social, mas como instância mediadora da própria vida em sociedade. A experiência cultural é transmitida de geração para geração e até pode apresentar diversos estágios de desenvolvimento num mesmo espaço e tempo. A diversidade cultural pode caracterizar os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade, sendo também um fator de identificação dos homens entre si, uma vez que

> a cultura engloba tanto aspectos materiais como não materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana [...] lançando mão de suportes materiais e não-materiais, procuramos produzir inteligibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais de organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando-as [...] a cultura é, pois, uma condição de produção e reprodução da sociedade (Meneses, 1999, p. 89).

Esse processo de produção/reprodução se revela nos espaços de interação coletiva, à medida que faz parte da atividade social, em termos gerais. Nesse sentido, importa considerar os espaços sociais destinados a integrar a diversidade cultural dos grupos étnicos. Segundo Coradini (1992, p. 5), "o espaço assume vários significados conforme os indivíduos e os grupos dele se apropriam, o tipo de apropriação e o tempo", o que envolve a dimensão étnico-cultural; assim, a interação social constitui-se, portanto, "em um campo privilegiado de estudos das representações sociais e de análise antropológica".

O debate sobre as relações multiculturais e interculturais é bastante recente no Brasil, assimilando inicialmente elementos dos estudos que vêm sendo elaborados na Europa e na América do Norte. Trata-se de um debate complexo, em que interagem diferentes vertentes teóricas e políticas, cuja abordagem, de algum modo, considera a constituição interétnica no Brasil, a qual decorre de grandes fluxos migratórios ligados sobremodo a dois ciclos econômicos do percurso histórico. Primeiramente, o processo de colonização, em que a implantação do modo de produção capitalista na América Latina se deu com base na exploração da mão-de-obra escrava. As populações indígenas, dada a sua resistência à submissão escravista, foram dizimadas ou expulsas para o interior do território e, em seu lugar, formam trazidos, à força, grandes contingentes de população de origem africana. Os preconceitos racistas que discriminam os negros e excluem os índios no Brasil têm suas raízes neste contexto histórico-social da sociedade colonial escravocrata.

Em segundo lugar, está o fluxo migratório, produzido em nível internacional, a partir do século XVIII, pelas mudanças das relações de produção ocorridas com a revolução industrial, que tornaram obsoletas e antieconômicas as formas escravistas de exploração do trabalho. As forças econômicas e políticas dominantes das ex-colônias passaram a promover a migração de trabalhadores "livres", que viviam em condições desfavoráveis nos países industrializados, para sustentarem, como mão-de-obra mais qualificada, o novo surto de desenvolvimento econômico capitalista nos países considerados economicamente periféricos.

O Brasil, assim como outros países das Américas, acolheu, entre meados do século XIX e meados do século XX, um enorme contingente de imigrantes provenientes da Europa e do Médio Oriente. Os diferentes grupos de novos imigrantes passaram a viver processos de conflito, assimilação e integração, tanto entre si quanto em relação aos grupos étnicos descendentes de indígenas, portugueses e africanos. Tais relações interétnicas deixaram marcas profundas na interação sociocultural que se registra hoje no Brasil (CEBS, 1991).

As relações interculturais e interétnicas no Brasil constituíram-se, pois, a partir de conflitos inerentes aos ciclos econômicos da expansão colonialista, iniciada no século XVI, assim como a partir das revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX, que determinaram o fluxo migratório na direção Norte-Sul, enquanto que, na Europa, hoje, os conflitos multiculturais emergem principalmente a partir dos fluxos migratórios produzidos na direção Sul-Norte, pelo rearranjo

econômico internacional que vem se desenvolvendo desde a Segunda Guerra Mundial e que vem se acelerando e complexificando com o recente processo de globalização econômica.

Assim, é nos países mais industrializados do hemisfério Norte, que têm emergido, nas últimas décadas, o debate e a formulação de políticas relativas às relações multiculturais, pois que nesses países os recentes fluxos de imigração provenientes de países do Sul têm criado problemas de relação entre os estrangeiros e as populações autóctones. Já no Brasil e na América Latina, os conflitos de natureza étnica e cultural são hoje menos explícitos, porque estão sedimentados em momentos históricos anteriores. No contexto europeu, portanto, os estudos muliculturais e interculturais têm sido elaborados em estreita relação com a presença de imigrantes que, em quantidade cada vez mais maciça, desde os últimos cinqüenta anos, buscam inserir-se na cultura e na vida social de vários países, afinal,

> a cultura, como código simbólico, apresenta-se como dinâmica viva. Todas as culturas estão em constante processo de reelaboração, introduzindo novos símbolos, atualizando valores. O grupo social transforma e reformula constantemente esses códigos, adaptando seu acervo tradicional às condições historicamente construídas pela sociedade. A cultura não é algo fixo e cristalizado que o sujeito carrega por toda a vida como um peso que o estigmatiza, mas é elemento que o auxilia a compor sua identidade (PCN, 1997, pp. 43 e 44).

O debate sobre multiculturalismo e realidade intercultural envolve campos de reflexão e de intervenção, abrigando temáticas ligadas à formação da identidade, à valorização das diferenças, à configuração e à função que assume hoje o sentido de coletividade em sociedades complexas. Na realidade brasileira, a dimensão cultural se reveste de significados específicos. Colonialismo e migrações, dominações e convivências têm induzido profundos processos de aculturação: fusões sincréticas e violentas e perda da identidade cultural encontram-se na própria formação da sociedade brasileira e têm sido objeto de análise por parte de numerosos pesquisadores que procuram reconstruir, em uma perspectiva histórico-antropológica, os desdobramentos e os multiformes resultados dos contatos - espontâneos ou forçados - que existem entre os diversos grupos.

O encontro/confronto entre culturas diferentes configura as próprias raízes da formação sociocultural brasileira, na qual os processos de integração têm historicamente acontecido com profundidade, instaurando um enfoque intercultural aplicado a essa realidade em um quadro de referência mais geral: a orientação das formas de relação entre grupos étnicos diferentes e as

propostas de enfrentamento dos conflitos nelas emergentes vai muito além, por exemplo, do acolhimento a estrangeiros, como a educação intercultural tem priorizado na Europa (CEBS, 1991).

Mesmo sem desconsiderar a existência, também no Brasil, de graves fenômenos de racismos, de discriminação étnica e social, de fechamento ao diferente, coloca-se em primeiro plano a importância de conhecer os complexos itinerários de formação e produção cultural que percorrem contextos já fortemente miscigenados de modo particular os que se caracterizam por graves problemas sociais. Trata-se de problematizar a imagem de "democracia racial" no Brasil, que acoberta grande parte da conflitividade das relações interculturais em nosso contexto, assim como enfraquece o enorme potencial que pode advir do confronto e da interação crítica entre diferentes grupos culturais. Nessa perspectiva, os agentes institucionais ou não, podem encontrar, na dimensão interculrural, instrumentos indispensáveis para promover a formação da auto-consciência – e, portanto, de "presença" e ação – em sujeitos que vivem em ambientes marginalizados (rurais e urbanos). E os movimentos sociais, que exprimem a vitalidade com que as classes populares (assim como os grupos que as apóiam) enfrentam os profundos problemas estruturais na América Latina, podem amadurecer novos níveis de consciência, focalizando, na própria reflexão e na própria prática, a dialética identidade/ alteridade, como eixo sobre o qual gira a coesão interna e a solidariedade, a capacidade de distinção e de luta, ao lado da possibilidade de integração emancipatória com outros grupos sociais.

> As culturas oprimidas funcionam como suporte simbólico para a identidade social dos grupos subalternos. Na medida em que elas se mantêm, ajudam esses grupos a sobreviverem; quando, ao contrário, um grupo deixa morrer sua cultura, ele próprio se dilui na grande massa de oprimidos, tornando-se facilmente manipulável por elites de poder. A cultura oprimida tem, portanto, um lugar fundamental na estratégia de sobrevivência grupal (idem, p. 13).

A discussão entre diversidade cultural e democracia compreende um conjunto amplo de problemas que vêm se colocando na relação entre cultura e política em contextos regionais da sociedade globalizada. Trata-se de múltiplas frentes e arenas nas quais se desenvolvem as lutas por inclusão e reconhecimento das diferenças de grupos socioculturais determinados. O que se quer dizer é que as questões colocadas, seja pelas disputas étnicas, geracionais, de classe, de gênero, seja pelo multiculturalismo, ou mesmo por grupos que buscam a validação pública de novos padrões de comportamento, apresentam um cerne comum: a discussão acerca dos limites da cidadania moderna fundada na garantia formal de igualdade entre diferentes indivíduos.

Não apenas a base individual da igualdade até então buscada fica colocada em cheque, o próprio desiderato igualitarista parece inadequado quando se trata da luta pelo reconhecimento de necessidades culturais e sociais específicas a determinados grupos. Assim, a questão central colocada em debate já não pode mais ser formulada nos termos da pergunta se as demandas pelo reconhecimento das diferenças devem ser aceitas. Trata-se de discutir como elas devem ser atingidas. Interessa saber até que ponto o reconhecimento das diferenças é justo, legítimo e possível no âmbito do estado constitucional de direito e no atual estágio de desenvolvimento socioeconômico do país.

Outra questão que merece análise, em se tratando de multiculturalismo, são os processos migratórios internos, os quais produzem impactos na questão da ocupação do território, gerando conflitos entre diferentes grupos sociais, étnicos e culturais. O Brasil se formou pela contribuição de três raças e três culturas fundamentalmente: a indígena, a portuguesa e a negra. Duas dessas raças foram oprimidas e exploradas no trabalho: a dos povos indígenas e a dos negros escravizados, e uma das culturas, a portuguesa, impôs-se, por meio de sua língua e religião. Na realidade, porém, nem língua nem religião puderam se impor inteiramente, e o jeito de falar dos brasileiros, no seu ritmo, na modulação da voz e na sintaxe, está marcado pela influência africana e indígena; o vocabulário está enriquecido com termos tupis, bantos ou iorubás, e a piedade católica casou-se, em muitos lugares, com a herança espiritual indígena ou africana. Mais ainda, por todo o país, nestes cinco séculos, onde conviveram imposição e resistência, continuam vivas e presentes as culturas de muitos grupos indígenas e do povo afro-brasileiro, com suas tradições, costumes e cultos . Em alguns lugares, reduz-se o tema das culturas imigrantes à cultura européia e, dentro dela, ao grupo dos italianos e dos alemães. Pensa-se, também, que a imigração só existiu para o Sul do Brasil.

Com a abertura dos portos (1808), o Brasil começou a receber estrangeiros, de passagem ou para morar. Comerciantes ingleses estabeleceram-se em quase todos os portos do país, em particular no Recife, em Salvador, no Rio de Janeiro, em Santos e, mais para o fim do século, em Belém, Manaus e Ilhéus. Nessas cidades, existem, até hoje, velhos cemitérios ingleses ou alemães (CEBS, 1991).

Dom João VI promoveu também a primeira vinda de imigrantes europeus: casais suíços que fundaram, em 1819, Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro. Logo depois, em 1824, já no Brasil independente, chegaram os imigrantes alemães para São Leopoldo, no RS. Uma grande

novidade por parte desses colonos eram de confissão luterana e, assim, pela primeira vez, entraram, no país, europeus de outra Igreja que não fosse a católica.

Com a guerra da Secessão nos Estados Unidos, de 1860 a 1865, imigrantes americanos do Sul dos Estados Unidos, derrotados na guerra, vieram para o Rio de Janeiro e para São Paulo, onde fundaram a cidade de Americana. O grande impulso imigratório, no entanto, veio com a lei do Ventre Livre (1871) e, depois, com a abolição da escravatura em 1888, mudando porém, o caráter do processo: a imensa maioria dos imigrantes enviados para trabalhar como "colonos" nas fazendas de café, no lugar dos escravos, eram trabalhadores economicamente despossuídos. Assim, a palavra "colono" adquiriu, no Brasil, dois sentidos muitos distintos: no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, passou a designar os imigrantes europeus que se tornam proprietários numa colônia, ou seja, numa gleba de terra, atravessada por uma linha ou travessão, e antiga picada da mata, transformada, depois, em estrada e retalhada em lotes coloniais, um para cada família. Já em São Paulo, o termo "colono" passou a indicar, nas fazendas de café, a "colônia", ou seja, a linha de casas, lado a lado, onde eram alojados os "colonos" encarregados de cuidar de uma "seção" do cafezal. Essa fase do processo imigratório mudou também a nacionalidade dos imigrantes, até então suíços e sobretudo os alemães. Começou, a partir de 1875, a grande imigração italiana, seguida pela portuguesa, espanhola, alemã, polonesa, mas também russa, ucraniana.

Em 1908, chegaram os primeiros japoneses para substituir os italianos nas lavouras de café. Nas décadas seguintes, os japoneses ocuparam o primeiro lugar no número de imigrantes para o Brasil. Com o esfacelamento do Império Otomano, durante a guerra de 1914 a 1918, emigraram muitos "turcos" - na realidade sírios, libaneses, palestinos, egípcios, armênios e outros cidadãos de distantes etnias e nacionalidades. A maioria deles não foi para a agricultura, optou por tentar o comércio.

Os imigrantes trouxeram grande diversidade cultural, racial mas também religiosa. Vieram pessoas também com uma proposta não-religiosa, como os anarquistas franceses, espanhóis e italianos, que fundaram a colônia "Cecília" no Paraná. Em algumas regiões, mudaram o rosto cultural do catolicismo brasileiro, não só por meio dos ritos católicos orientais, mas, também, por um catolicismo diferente do catolicismo português e do catolicismo que se formou aqui com um rosto mais negro e mestiço, o mais próximo do mundo indígena nas áreas sertanejas e na região amazônica.

Por sua formação histórica, como se vê, a sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias ou grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões e línguas. No que se refere à composição populacional, as regiões brasileiras apresentam diferenças entre si; cada região é marcada por características culturais próprias, assim como pela convivência interna de grupos diferenciados. Essa diversidade étnicultural freqüentemente é alvo de preconceito e discriminação, atingindo a sociedade e reproduzindo–se em seu interior. A desigualdade, que não se confunde com a diversidade, também está presente em nosso país como resultado da injustiça social. A temática da pluralidade cultural, por ser muito abrangente e complexa, pode encontrar terreno fértil, pois brota da completa diversidade cultural, fruto da convivência de diferentes grupos étnicos.

O trabalho com pluralidade cultural se dá, assim, a cada instante, propiciando que a sociedade coopere na formação e na consolidação de uma cultura da paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e na cidadania compartilhada por todos os brasileiros. Esse aprendizado exige, sobretudo, a vivência desses princípios democráticos no trabalho cotidiano de buscar a superação de todo e qualquer tipo de exclusão sociocultural, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira.

Desta forma, qualquer aprofundamento teórico vem ao encontro da ansiedade que o homem contemporâneo vive, considerando que necessita de um auto-conhecimento para poder valer-se de uma identidade cultural e realmente ter vínculo ativo com o seu grupo e a sociedade.

Neste artigo, o tema abrangendo aspectos nacionais caminho para um estudo posterior que favoreça a compreensão das características que aproximem ou afastem diferentes culturas existentes em nossa região, o que será possível através de um resgate histórico e de um estudo etmológico, favorecendo a projeção ou atividades de desenvolvimento que contemplassem tensões e simulitudes entre tais grupos, valendo-se de suas potencialidades culturais para provocação do desenvolvimento econômico e consequente otimização de suas condições de cidadãos.

Neste artigo, abordou-se o tema em âmbito nacional, abrindo caminho para um estudo posterior que favoreçauma análise local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro.* São Paulo: Perspectiva, 1979.

BAKTHIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1987.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que sólido desmancha no ar* - a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais:* pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CEBS. *Culturas oprimidas e a evangelização na América Latina.* Santa Maria: Palotti, 1991.

CHATTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos avançados. São Paulo: USP, jan/abri, 1991.

COLOMBO, Eduardo. *El imaginario social.* Buenos Aires: Altamira, 1994.

CORANDINI, Lisabete. *Redes de sociabilidade e aprovação do espaço em uma área central de Florianópolis.* Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

COSTA, J. F. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1974.

DA MATTA, Roberto. *A casa da rua* . São Paulo: Brasilense, 1985.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 2 ed. Campinas- SP: Papirus, 1998.

DUMAZEBIER. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: perspectiva, 1976.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

Grande Enciclopédia Laurousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural. v. 2, 1999.

MENESES, Ulpiato T. Bezerra. *Os usos culturais da cultura*. In: YÁZIGI, Eduardo et al. *Turismo* – espaço, paisagem e cultura. 2 ed. São Paulo: UCITEC, 1999.

RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. *Aspectos significativos da história de Frederico Westphalen.* Frederico Westphalen: Editora Marin, 1996.

VOLVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidade*. São Paulo, 1991.

ROSSONI, Sirlei. *O cassino guarani histórias memórias e personagens*. Iraí - RS 1940 1994: EDIUPF, 2001.